

A INCLUSÃO DE CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIA NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL: CONSIDERAÇÕES DAS EDUCADORAS SOBRE O ENSINO E A PRÁTICA INCLUSIVA NA ESCOLA

Carina Lago Santos

E-mail: 201911485@uesb.edu.br

Isabel Cristina de Jesus Brandão

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB)

RESUMO

Neste trabalho, objetivamos analisar a inclusão escolar de crianças com deficiência em uma instituição pública de ensino de Vitória da Conquista, com a finalidade de compreender de que modo acontece inclusão e as maneiras para garantir a permanência desses alunos na escola. Para isso, a metodologia adotada foi a pesquisa qualitativa. A coleta de dados, dessa forma, ocorreu por meio de entrevistas semiestruturadas com quatro educadoras que atuam em turmas de crianças com faixa etária de 6 a 10 anos em uma escola pública da rede de ensino de Vitória da Conquista - BA. Para o desenvolvimento da pesquisa, baseamo-nos nas interlocuções com os documentos oficiais, bem como nas assertivas de Minayo (2001); Mantoan (2003); Marinho (2018) e Nascimento (2019) sobre a inclusão de crianças com deficiência nos anos iniciais do ensino fundamental. A pesquisa de campo realizada nos permitiu constatar que a criança com deficiência tem sua matrícula assegurada na escola desde o início de sua escolarização. Entretanto, o processo de inclusão na rede pública carece de recursos e subsídios para que a educação ofertada atenda plenamente às necessidades do aluno com deficiência. Do mesmo modo, observamos a necessidade de investimentos na formação qualificada dos profissionais que compõem o corpo escolar, assim como em materiais didáticos adequados e espaços físicos que garantam a acessibilidade.

Palavras-chave: Anos Iniciais. Crianças. Deficiência. Inclusão.

INTRODUÇÃO

A inclusão escolar tem como objetivo incluir todos os alunos na rede regular de ensino, independente da sua condição física, mental ou social, de modo a assegurar sua permanência na escola desde a educação infantil até o ensino superior. Hoje, com a política de inclusão, crianças com algum tipo de deficiência podem frequentar o ambiente escolar tendo as mesmas oportunidades e direitos, sem distinções, com a finalidade de aprimorar suas potencialidades e suas singularidades respeitadas.

Nesse sentido, podemos considerar que a inserção do indivíduo com deficiência no ensino regular é de fundamental importância para ampliar seu desenvolvimento cognitivo, bem como para construir interações sociais e laços afetivos com os demais. Por isso, a inclusão das crianças no ensino regular se torna imprescindível na construção de valores e socialização do sujeito, auxiliando, desse modo, o progresso escolar do educando.

VI SEMINÁRIO DE EDUCAÇÃO

PEDAGOGIA
E PROCESSOS
FORMATIVOS: entre emergências
e insurgências



DEDC-CAMPUS XII
Departamento de
Educação



NEPE
Núcleo de Estudos, Pesquisas
e Projetos em Educação
e Políticas da Bahia

16 a 19 de agosto

A construção de uma sociedade inclusiva é um processo substancial para o desenvolvimento e a manutenção de um Estado democrático, como resguardam as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, que afirmam:

Entende-se por inclusão a garantia, a todos, do acesso contínuo ao espaço comum da vida em sociedade, sociedade essa que deve estar orientada por relações de acolhimento à diversidade humana de aceitação das diferenças individuais, de esforço coletivo na equiparação de oportunidades de desenvolvimento, com qualidade, em todas as dimensões da vida (Brasil, 2001, p. 20).

Nessa perspectiva, buscamos compreender o dever das escolas e professores no desenvolvimento de práticas educativas necessárias para a construção de uma escola inclusiva e democrática, com objetivo de construir uma educação na qual os alunos convivam com a diversidade, participem e aprendam juntos. Da mesma forma, contribuir para um ambiente em que os educandos se sintam acolhidos e valorizados, tendo em vista uma educação para todos, sem distinções. Sendo assim, a pergunta que orientou esta pesquisa foi: Como se dá o processo de inclusão de crianças com deficiência em uma escola da rede pública nos anos iniciais do Ensino Fundamental de Vitória da Conquista - Bahia?

Portanto, nosso objetivo geral consiste em analisar o processo de inclusão das crianças com deficiência em uma escola da rede pública nos anos iniciais do Ensino Fundamental de Vitória da Conquista - Bahia, tendo como objetivos específicos: 1) analisar a infraestrutura da escola na rede pública de ensino; 2) verificar a formação e preparo dos professores e 3) identificar como o projeto político pedagógico da escola aborda a questão da inclusão.

REFERENCIAL TEÓRICO

A palavra inclusão tem como significado o ato ou efeito de incluir, ou seja, acolher o sujeito independente da sua situação. Além disso, a inclusão, no contexto escolar, busca a inserção dos educandos na escola, com vistas a um ensino que inclua a todos e valorize a diversidade, o respeito, a igualdade, sem discriminações e preconceitos. Nesse sentido, a inclusão contribui para que haja a diversidade no âmbito escolar, criando possibilidades para formação de um ambiente socializador, que seja qualificado para formar cidadãos capazes de interagir e participar de uma sociedade com mais oportunidades. Assim, com a inclusão, a criança tem sua permanência no ambiente escolar assegurada desde seus primeiros anos de vida até o ensino superior, tendo como direito uma educação gratuita, de qualidade e sem segregações.

VI SEMINÁRIO DE EDUCAÇÃO

PEDAGOGIA
E PROCESSOS
FORMATIVOS: entre emergências
e insurgências



DEDC-CAMPUS XII
Departamento de
Educação



NEPE
Núcleo de Estudos, Pesquisas
e Projetos em Educação
e Políticas da Bahia

16 a 19 de agosto

A esse respeito, Mantoan (2003) assevera que:

A escola comum é o ambiente mais adequado para se garantir o relacionamento dos alunos com ou sem deficiência e de mesma idade cronológica, a quebra de qualquer ação discriminatória e todo tipo de interação que possa beneficiar o desenvolvimento cognitivo, social, motor, afetivo dos alunos, em geral. (Mantoan, 2003, p. 23)

Além disso, podemos conferir na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, sob nº 9.394/96 no artigo 22º, que “a educação básica tem por finalidades desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores”. Desse modo, compreendemos que a escola será o primeiro contato que a criança vivenciará no desenvolvimento e formação da sua cidadania. Por essa razão, é necessário que a rede de educação esteja preparada para receber a diversidade, com práticas de ensino que garantam o aprendizado de qualidade e com as mesmas oportunidades para o corpo estudantil.

Por conseguinte, as discussões sobre a inclusão escolar vêm ganhando força e maior visibilidade, especialmente a partir de documentos internacionais, tais como a assinatura da Declaração de Salamanca, em 1994, organizada pelo governo da Espanha, com o apoio da UNESCO. De acordo com esse documento, “aqueles com necessidades educacionais especiais devem ter acesso à escola regular, que deveria acomodá-los dentro de uma pedagogia centrada na criança, capaz de satisfazer a tais necessidades” (Declaração de Salamanca, 1994, p. 1).

A declaração de Jomtien, por sua vez, foi realizada na cidade da Tailândia, em 1990, e é também conhecida como Declaração Mundial sobre Educação para Todos. Essa declaração se configura como documento internacional de grande visibilidade, tendo em vista que o documento consiste em assegurar uma educação digna e de qualidade, conforme podemos conferir no artigo 3º, que trata sobre universalizar o acesso à educação e promover a equidade. Assim, o documento tem por objetivo garantir que “A educação básica deve ser proporcionada a todas as crianças, jovens e adultos. Para tanto, é necessário universalizá-la e melhorar sua qualidade, bem como tomar medidas efetivas para reduzir as desigualdades” (Declaração de Jomtien, 1990, p. 6).

No Brasil, podemos considerar os avanços no que se refere a leis que garantem a inclusão escolar de pessoas com deficiência, como por exemplo, a Constituição Federal - promulgada e aprovada em 1988. No artigo 205º desse documento, lemos que “a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua

VI SEMINÁRIO DE EDUCAÇÃO

PEDAGOGIA
E PROCESSOS
FORMATIVOS: entre emergências
e insurgências



DEDC-CAMPUS XII
Departamento de
Educação



NEPE
Núcleo de Estudos, Pesquisas
e Projetos em Educação

16 a 19 de agosto

qualificação para o trabalho” (Brasil, 1988). Ressaltamos, ainda, que, por meio da Constituição Federal, a inserção do indivíduo na escola se caracteriza como um princípio de igualdade que possibilita a diversidade e garantia ao acesso e permanência no âmbito escolar, visando o desenvolvimento pleno de cada educando.

Segundo a lei N° 7.853, de 24 de outubro de 1989, que dispõe sobre o apoio às pessoas com deficiência e sua integração social, na área da educação, é definido a oferta obrigatória e gratuita da Educação Especial em estabelecimento público de ensino, além da inserção, no referido sistema educacional, das escolas especiais e privadas. Assim, o aluno com deficiência, além de ter o direito à educação, tem o direito de escolher onde deseja ser matriculado, seja em instituições públicas, especiais ou privadas de ensino.

Sublinhamos, além disso, que a forma como as instituições escolares trabalharão fará toda diferença, tendo em vista que a escola, enquanto mediadora do ensino, tem a função de prover recursos para o desenvolvimento do educando, de modo a elaborar e criar propostas pedagógicas que contribuam para o processo de aprendizagem. O professor, por sua vez, também desenvolverá um papel fundamental no processo de inclusão e aprendizagem de crianças com deficiência.

METODOLOGIA

Para a realização deste trabalho sobre a inclusão escolar, realizamos uma pesquisa de campo em uma escola de anos iniciais do Ensino Fundamental do município de Vitória da Conquista - BA. O tipo de pesquisa, então, situa-se na abordagem qualitativa, a qual se configura enquanto uma abordagem que busca compreender a investigação por meio de dados descritivos, diferentemente da pesquisa voltada para a quantificação de dados numéricos. A respeito da pesquisa qualitativa, Minayo (2001) enuncia que:

A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ele se ocupa, nas Ciências Sociais, com um nível de realidade que não pode ou não deveriaser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes (Minayo, 2001, p. 21).

Desse modo, a coleta de dados se deu por meio da entrevista semiestruturada. Os sujeitos entrevistados foram os professores e os profissionais que trabalham na direção da escola – nosso ambiente de pesquisa. É importante destacar que, neste trabalho, apresentamos somente os dados obtidos a partir do diálogo com as professoras.

A pesquisa foi realizada no período de 13 a 16 de dezembro do ano de 2022, em uma escola localizada no bairro Vila Serrana, o qual está situado em uma área periférica da cidade. Além disso, a escola na qual efetuamos nosso trabalho de campo busca atender as necessidades

VI SEMINÁRIO DE EDUCAÇÃO

PEDAGOGIA
E PROCESSOS
FORMATIVOS: entre emergências
e insurgências



DEDC-CAMPUS XII
Departamento de
Educação



NEPE
Núcleo de Estudos, Pesquisas
e Ações em Educação

16 a 19 de agosto

educacionais dos alunos de famílias carentes moradores do bairro e arredores. Assim, os sujeitos que constituíram a pesquisa foram 4 professoras da instituição. Destacamos, ademais, que para manter o sigilo das entrevistadas utilizamos nomes fictícios.

A primeira professora, Raquel, tem 57 anos de idade e é formada no curso de Letras. A professora conta com 34 anos de magistério e com tempo de atuação nos anos iniciais de 1 ano. A professora Lucimar, por sua vez, tem 57 anos de idade e é graduada em Pedagogia. Seu tempo de magistério é de 33 anos e atua nos anos iniciais há 29 anos. A professora Joice tem 32 anos, com formação em Pedagogia e mestrado na área da Educação. Joice atua há 11 anos no magistério e anos iniciais. Por fim, a quarta educadora, aqui denominada Luciana, tem 53 anos, é graduada em Pedagogia e possui especialização em Alfabetização, Ensino da Libras e em Coordenação Pedagógica. Seu tempo de magistério e atuação como professora nos anos iniciais é de 34 anos.

Após a coleta os dados foram tabulados e analisados conforme o referencial teórico adotado na pesquisa.

RESULTADOS E DISCUSSÃO/RELATO DE EXPERIÊNCIA

Acreditamos que a inclusão no ensino público de educação é um avanço no que diz respeito aos direitos conquistados. No entanto, sabemos que não é suficiente apenas incluir. É necessário criar possibilidades para que esta educação seja de qualidade, uma vez que, também é direito do aluno com deficiência ter acesso a professores qualificados, rampas de acesso, salas de recursos multifuncionais, equipamentos didáticos, entre outros. Além disso, práticas excludentes também não devem fazer parte da rotina da escola, tendo em vista que as crianças, não somente aquelas com alguma deficiência, precisam ser acolhidas em um ambiente que respeita as diferenças e no qual seja possível a interação coletiva. Da mesma forma, segundo o que aponta Nascimento (2019), “para que esse acolhimento aconteça, é preciso mudar velhos princípios, de forma a possibilitar uma Educação que reconheça as diferenças” (Nascimento, 2019, p. 21). Assim, foi questionado para as educadoras sobre o que é ser um professor inclusivo. Uma das professoras entrevistadas respondeu que:

Para mim, o professor inclusivo é aquele que trabalha na perspectiva da interação dos alunos com deficiência com os demais alunos, bem como com trabalhos pedagógicos, valorizando o potencial dos alunos, garantindo a acessibilidade e as condições de aprendizagem para todos. (Professora Luciana, 2022)

Já para a professora Joice, a concepção de um educador inclusivo tem por objetivo olhar o



aluno com deficiência nas suas particularidades, tendo em mente que ele é um sujeito com direitos assegurados por lei e que deve ser ouvido e respeitado. Assim, ela responde que:

É uma educação que traz como um todo o aluno com deficiência para sala de aula, o conhecimento, o desenvolvimento, não é só matricular junto com os outros alunos, estar presente, mas trabalhar na pauta daquele aluno, nas necessidades especiais que ele tem, na proporção das atividades, até no próprio recreio, no intervalo, pensar como esse aluno vai interagir, o interesse dele, no exemplo do caso dos autistas, eu tenho um autista que ele é muito inteligente, mas muito tímido, muito retraído e muitas vezes ele tem uma personalidade difícil, tem dias que ele está bem, tem das que ele não está, então como a gente faz o trabalho com ele, tem vezes que ele pergunta, às vezes não, às vezes não quer nem encostar em mim, então trabalhar essa inclusão primeiramente a gente precisa trabalhar a individualidade do aluno, a particularidade dele, para depois trabalhar o todo [...] (Professora Joice, 2022).

Além disso, na opinião da educadora Raquel, a inclusão “é muito importante, pois vem colaborando para o desenvolvimento das pessoas com deficiência” (Professora Raquel, 2022). A professora Lucimar afirma que ser um professor inclusivo é “estar disposto a aceitar as diferenças” (Professora Lucimar, 2022).

Podemos relacionar as questões apresentadas com o que preconiza Marinho (2018), quando a autora aborda que “o professor é o mediador com capacidade para conduzir a aprendizagem da criança na construção do seu próprio raciocínio” (Marinho, 2018, p. 48). Nesse ínterim, a fala das educadoras entrevistadas e de Marinho (2018) nos leva a refletir a respeito da importância da formação do professor, pois esse possibilitará que a inserção e as interações de crianças com deficiência aconteçam de forma respeitosa e justa, sem segregações. Por essa razão, podemos reafirmar a emergência de tratar das questões que compreendem à inclusão já nos cursos de formação docente iniciais, considerando que essas temáticas orientam a prática inclusiva do educador.

Seguindo essa vertente, foi questionado para as educadoras como elas avaliam a inclusão de crianças com deficiência no ensino regular. Para a professora Joice, a maior dificuldade a ser superada é a falta de ferramentas e investimentos do município para melhorar a inclusão. Nas palavras da entrevistada,

[...] a gente vai tentando sempre aproximar o máximo, com as ferramentas que a gente tem, então por exemplo, não tem o cuidador para o aluno, o professor está ali com seus 30 alunos, com todos esses perfis a gente não consegue dar conta de sentar com o menino e propiciar a aprendizagem que ele merece que ele precisa também, então essa é uma questão da inclusão do ensino regular, se falando em rede pública, a questão das ferramentas, o trabalho da própria tecnologia que muitas vezes atrai, é uma dificuldade, mas a inclusão no ensino regular ele é mais dentro da sala de aula [...] (Professora Joice, 2022)

Diante disso, além de assegurar a inclusão, é preciso que a escola proporcione espaços acolhedores, confortáveis e agradáveis, como salas de aulas que despertem o interesse em aprender das crianças. Aliado a esse fator, de acordo com a professora Luciana em relação aos direitos da inclusão, houve um grande progresso, mas ainda existem questões que precisam ser superadas, como pode ser constatado na sua fala, a seguir:

Em relação à inclusão de pessoas com deficiência no Ensino Regular, penso que já avançamos. No entanto, acredito que ainda temos um longo caminho a percorrer. Professores capacitados, Atendimento nas Salas de Recursos Multifuncionais, envolvimento da família com a causa da inclusão, superação das barreiras, são alguns dos desafios a serem superados para que a inclusão aconteça de fato e de direito (Professora Luciana, 2022).

Sobre isso, a professora Lucimar acredita que a inclusão de crianças com deficiência no ensino regular é de grande relevância. Na sua fala, a educadora considera que é “importante, pois colabora para o seu desenvolvimento” (Professora Lucimar, 2022); a esse respeito, a educadora Raquel avalia esta inclusão como “importante” (Professora Raquel, 2022).

Em sequência, questionadas sobre o que o processo de inclusão trouxe de positivo para a comunidade escolar, a professora Lucimar respondeu: “saber valorizar uns aos outros” (Professora Lucimar, 2022), já na opinião da educadora Raquel: “interação social e a sala de recursos multifuncionais” (Professora Raquel, 2022). Outra educadora entrevistada respondeu que:

Muito, trouxe muito, a partir do momento que se inclui dentro da escola está levando essa aprendizagem para a vida, a inclusão em casa, a inclusão nos grupos sociais que vive, nas brincadeiras de rua, na família, então assim é muito positivo a inclusão, porque primeiro a gente está trabalhando com a demanda humana, a gente está incluindo seres humanos, seres pensantes, seres vivos, seres sentimentais, seres racionais, então essa inclusão para a comunidade escolar é algo para enriquecimento humano, é despertar a potência do ser humano enquanto ser acolhedor, enquanto ser de equilíbrio, de interação para a vida, para o próximo, então o processo de inclusão é positivo (Professora Joice, 2022).

Em síntese, é possível observar na fala da professora que o processo de inclusão de crianças com deficiência no ensino regular trouxe um grande avanço no respeito às diferenças e o direito à cidadania. Isso posto, passemos agora às conclusões obtidas nesta pesquisa.

CONCLUSÃO

Hoje, o acesso a uma educação inclusiva é marcado por uma longa trajetória de lutas e de direitos conquistados mediante leis e documentos. Tais garantias permitem que o aluno com deficiência tenha sua matrícula assegurada no ensino regular desde o início de sua educação formal até o ensino superior. Com isso, por intermédio dos movimentos educacionais em busca

VI SEMINÁRIO DE EDUCAÇÃO

PEDAGOGIA
E PROCESSOS
FORMATIVOS: entre emergências
e insurgências



DEDC-CAMPUS XII
Departamento de
Educação



NEPE
Núcleo de Estudos, Pesquisas
e Ações em Educação
e Políticas Públicas

16 a 19 de agosto

de uma educação inclusiva, a criança com deficiência vem conquistando direitos e visibilidade no espaço escolar e na sociedade. Entretanto, sabemos que apesar dos avanços ainda há muito a se percorrer e aprimorar, seja por meio de políticas públicas, formação docente adequada, acessibilidade, recursos didáticos ou investimentos que venham suprir as necessidades educacionais.

Durante as investigações, podemos constatar que para a efetivação de uma educação inclusiva, de qualidade e que respeite a diversidade, políticas públicas de forma comprometida, juntamente com a escola, devem garantir aos professores, alunos e família um ensino inclusivo, por meio de apoio pedagógico, formação continuada para os professores, materiais didáticos adequados, garantia de um espaço físico adaptado que permita o acesso e circulação de todas as crianças no ambiente escolar, comunicação e participação da família no processo de aprendizagem da criança, tendo como função assegurar uma educação mais igualitária, com segurança e mecanismos para que a aprendizagem venha acontecer. Em síntese, acreditar e lutar por uma educação inclusiva que respeite as diferenças, que permita interações, que apoie a aprendizagem, facilitando o desenvolvimento das potencialidades da criança, é um compromisso que toda sociedade deve assumir rumo a uma educação de todos e para todos.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1998.

BRASIL. **Lei 7.853 de 24 de outubro de 1989**. Dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência - Corde, institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público, define crimes, e dá outras providências. Brasília: Presidente da República.

BRASIL. **Lei Nº 9.394, 20 de dezembro de 1996**. LDB: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: Presidente da República.

BRASIL. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial. **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica**. Brasília, MEC; SEESP, 2001.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA: **Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais**, 1994, Salamanca-Espanha, p 1-17.



DECLARAÇÃO MUNDIAL SOBRE EDUCAÇÃO PARA TODOS: plano de ação para satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem. 1990, Jomtien, Tailândia.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social**. Petrópolis: Editora Vozes, 2001.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar: O que é? Por quê? Como fazer?** 1. ed. São Paulo: Moderna, 2003. p. 1-96.

MARINHO, Maria Francisca Braga. **Inclusão de crianças com deficiência nos primeiros anos do ensino fundamental em escola pública: dificuldades apontadas por professores**. São Paulo, p. 1-214, 2018.

NASCIMENTO, Selma Soares do. **Educação especial e inclusão escolar na educação infantil anos iniciais do ensino fundamental**. Catalão, Goiás, p. 1-196, 2019.